

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.596 - PR (2019/0050059-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : JOAQUIM MIRO E OUTRO(S) - PR015181  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442  
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184  
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402  
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - RJ040624  
CAROLINE SOUZA LEAL SALLES - RJ204587  
MARCOS EVANGELISTA DE NEGREIROS SAYAO LOBATO - RJ041442  
LUNA JURBERG SALGADO - RJ221497  
**RECORRIDO** : JOANETE DOS SANTOS CUNHA DEL VECHIO  
**RECORRIDO** : JÚLIA MARIA DE SOUZA  
**RECORRIDO** : EDIMAR MARQUES DA SILVA  
**RECORRIDO** : SEBASTIÃO MIRANDA DOS SANTOS  
**RECORRIDO** : JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : MARCOS VENDRAMINI E OUTRO(S) - PR027533  
JULIANA CARLA DE OLIVEIRA FREITAS - PR063857

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A., fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRESCRIÇÃO. PRECLUSÃO CONFIGURADA. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. CONTRATO SOB O REGIME PEX OU PAID. IRRELEVÂNCIA. CRITÉRIOS LESIVOS AO ADQUIRENTE. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 371 DO STJ. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PACIFICADO NO SENTIDO DE APURAÇÃO PELO VALOR PATRIMONIAL COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES À MENOR. DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO. CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. POSSIBILIDADE APÓS LIQUIDAÇÃO. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS. VALOR DA COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES NA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA NESTE PONTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO" (e-STJ fls. 837).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 946/949).

No especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

# Superior Tribunal de Justiça

(i) artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015: o Tribunal de origem, apesar de instado, deixou de se manifestar a respeito da necessidade de observação das operações de grupamento acionário;

(ii) artigos 170, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.404/1976 e 884 a 886 do Código Civil: ao deixar de aplicar à hipótese em exame as operações de grupamento acionário, fato econômico de ordem pública e de observância obrigatória, o aresto recorrido permitiu o enriquecimento sem causa da parte recorrida. Aponta dissídio pretoriano a respeito do tema; e

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 1.092), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

## **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar em parte.

De início, no tocante à violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

**"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. MANIFESTO CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, pois manifestam nítido caráter infringente, não apontando quaisquer das hipóteses do art. 1022 do CPC/2015.**

**2. A controvérsia foi correta e integralmente solucionada, com fundamento suficiente e em consonância com entendimento deste Tribunal, razão por que não se configura erro material, omissão, contradição ou obscuridade, tampouco negativa de prestação jurisdicional.**

**3. Embargos de Declaração rejeitados" (EDcl no AgRg no AREsp 840.702/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/8/2016, DJe 8/9/2016).**

No mais, a Segunda Seção desta Corte, quando do julgamento do Recurso Especial 1.387.249/SC, de relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, esclareceu que o cálculo da indenização correspondente ao resíduo acionário deve considerar as operações de grupamento de ações realizadas pela companhia telefônica.

Nesse mesmo sentido os seguintes precedentes:

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO**

# Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL. OI S.A. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CÁLCULO DO VALOR INDENIZATÓRIO. GRUPAMENTO ACIONÁRIO. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. No julgamento do Recurso Especial n. 1.387.249/RS (Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/2/2014, DJe 10/3/2014), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), esta Corte Superior firmou entendimento de que devem ser considerados, para o cálculo do número de ações devidas, os eventos societários ocorridos entre a data em que emitidas e a do trânsito em julgado da demanda. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.289.689/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 28/9/2018).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. 1. DOBRA ACIONÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. BRASIL TELECOM. SUCESSORA. TELEPAR. PRECEDENTES. 2. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. BASE. NÚMERO DE AÇÕES. AGRUPAMENTO. APURADO. BALANCETE MENSAL. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Relativamente à alegação de ilegitimidade passiva para responder pela dobra acionária, o acórdão recorrido está em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, no sentido de que a Brasil Telecom (atual Oi S.A.) sucedeu, por incorporação, a Telepar - Telecomunicações do Paraná, cabendo-lhe responder pelas ações não subscritas pela empresa incorporada.

2. Por ocasião do julgamento do REsp n. 1.387.249/SC, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, a Segunda Seção deixou estabelecido que, nessas ações movidas contra empresas de telefonia em que se busca a complementação de ações, a quantidade de ações relativas à companhia sucessora será calculada tomando-se por base o número de ações apurado no balancete mensal, multiplicado por um fator de conversão, que compreende o grupamento de ações.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.743.613/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 21/9/2018).

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial apenas para determinar a observância das operações de grupamento de ações.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Relator